

## APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), neste ano de 2005, completa 40 Cursos de Graduação em funcionamento e 24 cursos de pós-graduação *lato sensu* e ainda, obteve a aprovação junto a COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO SUPERIOR (CAPES), por intermédio de seus órgãos internos (CONSELHO TÉCNICO DA ÁREA DE DIREITO - CTA e CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO-CTC), os pareceres de aprovação e recomendação para a implantação definitiva e segura do nosso CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS.

Sem sombra de dúvida, é um marco que poucas Universidades do nosso país atingiu até o presente momento, contando com uma comunidade de aproximadamente 12.000 alunos, fato que coloca o CESUMAR em uma situação ímpar e honrosa no cenário da educação nacional. A nossa Instituição recentemente foi anfitriã, recepcionando um encontro dos Reitores de Centros Universitários de todo o Brasil, quando tivemos a oportunidade de receber uma grande parcela dos administradores da educação nacional, de modo que aqui também vieram muitas autoridades governamentais da área educacional.

Foram unânimes em admitir que o CESUMAR é uma Instituição brasileira que sempre procurou primar pelo ensino de qualidade, propiciando aos seus alunos tanto dos cursos de graduação, como de pós-graduação, condições plenas de exercício profissional atualizado e consciente dos problemas atuais da nossa sociedade neste início do Século XXI, em que se vive um verdadeiro processo de globalização; econômico, social e também por que não dizer educacional.

O Centro Universitário de Maringá, em uma nova fase, passou também a receber alunos de outros países, demonstrando assim, a sua internacionalização, o que demonstra a busca contínua pelo ensino de qualidade e pela boa formação cultural e profissional, de seus alunos, observada não somente em nível nacional, como também no exterior.

Assim, através de nossa comunidade educacional, composta pela administração da Instituição, corpos docente e discente, sentimos os louros da luta árdua e persistência de vários anos, na busca da aprovação do nosso primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, mas por outro lado, isso significa, muito trabalho pela frente, pois não só estaremos sendo procurados por estudantes de todo o Brasil, como também de outros países, com os quais o nosso país possui convênios educacionais, fato que redobra a nossa responsabilidade, nessa nova opção que passaremos a disponibilizar, para o próximo ano de 2006.

O que se verifica, após decorridos quase cinco anos de entrada da primeira turma do Curso de Pós-Graduação em Direito, em nível de Mestrado nesta Instituição, e a sua recomendação pela CAPES, é que a Instituição agiu com retidão e lisura, com todos os alunos que aqui vieram cursar a primeira turma de nossa pós *stricto sensu*, quando mesmo sabendo que o curso ainda não era recomendado, nos deram o seu voto de confiança, de

modo que ao concluírem o seu curso, receberão como retribuição, o seu diploma com validade em todo território nacional.

A Instituição buscou sempre manter no seu quadro de professores efetivos, docentes cuja formação tivesse origem em Programas de Doutorado do nosso país e do exterior, cujo conceito não deixassem a menor dúvida acerca de alta formação científica desses docentes, capaz de possibilitar aos nossos mestrandos sempre receber ensino da melhor qualidade, ministrado por professores doutores da melhor reputação possível nos meios acadêmicos. Tanto isso é verdade, que em todas as análises dos projetos enviados à CAPES, nunca foi questionada a questão de suas capacidades ou competência no ensino superior brasileiro.

No ano de 2004 também constituímos diversos grupos de pesquisas na instituição, visando a criação de mais cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todos inscritos no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), tendo a área de direito contribuído com a consolidação de vários, grupo cujas linhas de pesquisas estão direcionados para alavancar a pesquisa jurídica no contexto do nosso Curso de Mestrado em Direito, ou seja, Acesso à Justiça como direito da personalidade nas relações familiares e os Direitos da Personalidade nas Relações Privada.

Assim, com a publicação da Revista Jurídica Cesumar, já no seu quinto volume, como veículo de divulgação científica dos trabalhos produzidos pelos professores doutores, mestrandos e acadêmicos, é ela a referência da evolução e consolidação do Curso de Mestrado em Direito, não só para comprovar a realização da pesquisa jurídica, centrada em bases científicas, como também como meio de integração entre a Instituição de ensino e a comunidade onde se encontra inserido o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado.

E assim, a nossa Instituição demonstra a sua maturidade, nesta fase difícil, pela qual passa o país, onde o governo enfrenta uma série crise de credibilidade, investindo consideráveis valores na educação de nossa elite intelectual, buscando a implantação de uma massa crítica de alto nível, que possibilite irradiar em nossos jovens o gosto pela ciência, sendo que tornou-se concreto, com a recomendação do nosso Mestrado, que o CESUMAR, passará a formar e contribuir para o avanço da ciência do direito e do ensino do direito em nosso país, com a presente e as futuras turmas do nosso Curso de Mestrado em Direito.

O CESUMAR com a publicação deste novo número da Revista do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, procura demonstrar, mais uma vez que sempre honrou com o seu compromisso inicial ,com a Coordenação do Curso, ou seja, de tê-la ,como publicação regular e anual visando divulgar a produção científica, na área do direito.

*Maringá, julho de 2005*  
*Wilson de Matos Silva - Reitor*